

Crise exige serenidade, afirma Sarney

O senador José Sarney afirmou que o presidente Lula não cometeu crime de responsabilidade. Ele recomendou rigor nas investigações e serenidade aos homens públicos. Seu discurso recebeu críticas de Tasso Jereissati, Antonio Carlos Magalhães e Sérgio Guerra, entre outros.

Página 5

Marcello Casal Jr./ABR



CUT e UNE fazem ato pró-mandato

Cadeia para os corruptos e confiança na honestidade do presidente Lula – essa foi a bandeira da manifestação de ontem na Esplanada dos Ministérios. O senador José Agripino quer apoiar apoio oficial ao ato público.

Página 5

MANIFESTAÇÃO Contra o impeachment, estudantes promovem ato no espelho d'água em frente ao Congresso Nacional

Gerardo Magella



AMEAÇAS Lamas afirma à CPI do Mensalão que ainda guarda mensagens gravadas no celular

Doleiro faz revelações e deve depor em Brasília

"Ele comprometeu muita gente", afirmou o relator da CPI, Osmar Serraglio, depois de ouvir Toninho da Barcelona citar Márcio Thomaz Bastos, José Dirceu e Delúbio Soares

Uma delegação de integrantes da CPI dos Correios ouviu ontem, em São Paulo, o doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona. Ele "jogou muitas iscas", como disse o deputado Maurício Rands, que

participou do encontro. As "iscas" seriam citações de personalidades públicas como o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o deputado José Dirceu, ex-chefe da Casa Civil, e o ex-tesoureiro do PT Delúbio So-

ares. Os parlamentares decidiram tomar um depoimento formal do doleiro nas dependências da CPI dos Correios, em Brasília. Toninho da Barcelona cumpre pena de 25 anos em Avaré (SP).

Página 4

Lamas diz que recebeu dinheiro para Valdemar

"Eram pacotes grandes", afirma ex-tesoureiro do PL sobre recursos que saíram da SMP&B e do Banco Rural.

Palmieri confirma busca de ajuda em Portugal

Apoio ao PT e ao PTB envolveria de R\$ 20 milhões a R\$ 24 milhões, segundo Emerson Palmieri.

Página 4

José Cruz



TESOURO Palmieri (à esquerda, na mesa) revela que dinheiro foi separado em pacotes e guardado num cofre

Crise não impede votações

O Plenário do Senado votou ontem diversas propostas originárias da Câmara dos Deputados, entre elas a que torna obrigatória a notificação às autoridades sanitárias de contaminações por agrotóxicos. Na Comissão de Orçamento, um acordo escrito garantiu a aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006.

Páginas 3 e 7

Gerardo Magalhães



PROGRESSO Para Mão Santa, não existe civilização mais avançada que a construída em Teresina

Mão Santa cobra recursos para hospital piauiense

Ao comemorar os 153 anos de Teresina, capital do Piauí, o senador Mão Santa (PMDB-PI) cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a liberação de recursos para o hospital universitário da capital. Segundo ele, não está sendo cumprido um compromisso com o governo do estado, que garantiria o repasse mensal de R\$ 60 mil à instituição.

– O hospital universitário não está concluído. O ambulatório funciona precariamente. Lula, parabenize a capital piauiense liberando os recursos. Conclua o sonho dos piauienses, um povo que nunca lhe faltou – disse o senador, ao lembrar que a cidade sedia um dos mais modernos centros de saúde do país.

Mão Santa prestou ainda homenagem ao fundador de Teresina, conselheiro José Saraiva, que, em 1852, transferiu de Oeiras a sede da Província do Piauí. Ele destacou que a cidade foi batizada Teresina em homenagem à imperatriz Teresa Cristina, mulher de dom Pedro II.

– Não existe civilização mais avançada do que a que se construiu em Teresina. Se tivéssemos uma olimpíada da valia do povo brasileiro, o piauiense com certeza arrebataria a medalha de ouro – avaliou o senador.

Agenda

Renan conversa com presidente do BID

O presidente do Senado, Renan Calheiros, conversa com o ministro da Educação, Fernando Haddad, às 10h30. Recebe, às 11h30, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias; às 13h, almoça na liderança do PMDB; às

15h, tem reunião com representantes dos juízes; às 18h30, encontra-se com o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, ministro Jorge Félix, acompanhado do indicado para a diretoria da Agência Brasileira de Inteligência.



Senadores e deputados discutem LDO

Às 12h, será realizada sessão conjunta do Congresso para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Às 14h, os senadores discutem propostas de emendas constitucionais, como a que

concede licença-maternidade às mulheres que adotarem crianças (PEC 31/00), e projeto que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação (PLS 162/04).

Reforma eleitoral em análise pela CCJ

Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 9h30, a minirreforma eleitoral proposta como resposta à crise. O projeto (PLS 275/05) limita os custos das campanhas, diminui o tempo

de exposição dos candidatos na televisão, proíbe programas eleitorais com tomadas externas e showmícios. A CCJ analisa ainda a proposta de criação da Agência Nacional de Aviação Civil (PLS 62/04).



Ivan Guimarães fala à CPI dos Correios

A CPI dos Correios ouviu o ex-presidente do Banco Popular Ivan Guimarães (foto), às 11h30. O contrato de publicidade do banco com a SMP&B custou cerca de R\$ 25 milhões, mais do que o crédito concedido

pela instituição, além de ter sido firmado sem licitação. No mesmo horário, a CPI do Mensalão realiza reunião administrativa. Estava previsto depoimento do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, adiado a pedido dele.

CPI dos Bingos ouve ex-dirigentes da Caixa

A CPI dos Bingos ouviu os depoimentos dos ex-dirigentes da Caixa Econômica Federal Valderi Albuquerque e Mário Haag, que participaram das negociações que permitiram a renovação do

contrato da multinacional Gtech para a exploração das loterias do banco. A CPI investiga cobrança de propina por representantes do PT para influenciar na renovação do contrato da empresa.

Ajuda para arroteiros

A crise enfrentada pelos produtores de arroz dos estados da região Sul e de Mato Grosso do Sul é o assunto da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que realiza audiência pública às 9h30. No mesmo horário, a Subcomissão Permanente da Amazônia elege a mesa para o biênio 2005/2006.

Fale com o Senado

O serviço Alô Senado, da Subsecretaria de Relações Públicas, recebe ligações gratuitas de todo o território nacional pelo telefone 0800 612211. As perguntas, sugestões e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes. O serviço funciona 24 horas por dia, inclusive nos fins de semana.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Rosevelt Pinheiro

INTEGRAÇÃO Segundo Nezinho Alencar, presidente prometeu criar centro latino-americano de saúde

Nezinho registra anúncio de Lula para a saúde

O senador Nezinho Alencar (PSB-TO) registrou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante solenidade de inauguração do hospital de Palmas (TO), prometeu a instalação de um Centro Integrado da Ciência e da Saúde na Universidade Federal do Tocantins ainda neste ano.

Ele informou que, além de Medicina, haverá 12 cursos de graduação na área de saúde. Segundo Nezinho, o presidente afirmou também que pretende fazer do Tocantins um centro de integração latino-americana em estudos de saúde.



Rosevelt Pinheiro

APERTO Eduardo Siqueira Campos diz que as universidades do Tocantins terão dificuldades para pagar contas

Eduardo contesta promessas do presidente

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou ontem que as promessas de melhorias no ensino de saúde feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sua última visita ao Tocantins, neste mês, dificilmente serão cumpridas.

Eduardo disse que, com o corte anunciado pelo governo de R\$ 1,6 bilhão no orçamento da educação, até mesmo as universidades já em funcionamento terão problemas para pagar as contas. Ele citou reportagem sobre o assunto do jornal *Correio Braziliense* sob o título "Navalhada adia os sonhos para 2007".

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Lara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Renan quer disciplinar medidas provisórias

■ Ele ressalta que Senado votou mais de mil propostas no 1º semestre. Ontem, foram 30 matérias

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem, em Plenário, que vai convocar reunião com membros da CCJ e líderes partidários com o objetivo de voltar a discutir medidas para disciplinar a tramitação de medidas provisórias no Congresso. A declaração ocorreu após o final da ordem do dia e a votação de quase



DECISÃO Renan vai convocar membros da CCJ e líderes para examinar tramitação de MPs

30 matérias, incluindo vários requerimentos, projetos de emenda à Constituição e proje-

tos originários da Câmara.

Renan afirmou que o Senado faz tudo para votar, a despeito de todos os problemas políticos conjunturais do país.

– Votamos mais de mil matérias no primeiro semestre e até agora o Plenário apreciou todas as matérias prontas para votação, incluindo a reforma tributária, que teve o seu texto melhorado pelos senadores – disse Renan.

Para o líder do PFL, José Agripino (RN), não houve necessidade de acordo entre os partidos para que a pauta da Casa pudesse avançar. Na sua avaliação, quando ocorre algu-

ma dificuldade de votação em Plenário, a responsabilidade deve ser debitada ao Executivo, que costuma “entupir a pauta” com medidas provisórias.

Na mesma linha de raciocínio, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ressaltou que o Senado tem demonstrado habilidade para “buscar consensos”, constituindo-se, assim, em grande instrumento para patrocinar “o crescimento auto-sustentado do país”. Segundo Mercadante, seria importante à sociedade que a mesma competência para o consenso possa ser alcançada em torno do projeto de reforma política

em discussão no Senado, que tem como relator o senador José Jorge (PFL-PE).

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que uma nova MP editada pelo governo, a que cria a Receita Federal do Brasil, pode começar a trancar a pauta do Congresso na próxima semana. Esse fato, segundo Jefferson, torna-se mais grave quando se sabe que o Senado vem funcionando normalmente, mesmo convivendo com três CPIs.

– Quando os trabalhos do Senado ficaram paralisados, foi por força das medidas provisórias – concluiu o senador.

Auditoria na Casa da Moeda é solicitada ao TCU

O Plenário aprovou ontem requerimento (RQS 861/05) de Alvaro Dias (PSDB-PR) solicitando a realização de auditoria, pelo TCU, na Casa da Moeda do Brasil, abrangendo a administração entre 2003 e 2005. O pedido foi motivado por denúncias contra o ex-presidente da instituição Manoel Severino dos Santos.

Também foram aprovados dois requerimentos de informação (RQS 600 e 791) de

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sobre relações mantidas pelo governo federal com ONGs. A aprovação de requerimento de Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) levou ao adiamento da discussão, em turno único, de projeto de lei da Câmara (PLC 66/04) que pretende restringir aos médicos a permissão para prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes. A matéria deve constar da ordem do dia de 6 de setembro.

Inscrição em braile do nome e validade de medicamentos

Foi acolhido pelo Plenário substitutivo ao projeto que obriga a inscrição em braile do nome e da data de validade na rotulagem de medicamentos. A proposta (PLC 54/01), que altera a Lei 6.360 e que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, é de autoria do ex-deputado Fernando Zuppo e foi relatada pelo senador Flávio Arns (PT-PR) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Depois de ser analisada em turno suplementar, a matéria deve voltar à Câmara.

Flávio Arns afirma que a pro-



PROTEÇÃO Flávio Arns ressalta que medida reduz o risco de intoxicação de deficientes visuais

posição é justificada como uma medida para reduzir o risco de intoxicação de deficientes visuais, em decorrência de não poderem identificar adequadamente os produtos.

Recursos contra multa de trânsito

Os condutores de veículos integrantes de frotas constituídas para o transporte de passageiros ou de cargas poderão interpor recurso contra multas de trânsito, derivadas de leitura eletrônica de equipamentos, antes de proceder ao pagamento delas ou serem descontados em seus contracheques. Esse é o propósito do projeto de lei da Câmara (96/01), de autoria do ex-deputado Pedro Celso (PT-DF), aprovado ontem no Plenário. O relator na CCJ, Jefferson Péres (PDT-AM), acolheu como relatório o voto em separado de Sibá Machado (PT-AC).

O projeto retorna à Câmara para o reexame pelos deputados.

Transferência de cotas da SAE

O Plenário aprovou projeto do Executivo que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda. (SAE). A matéria segue agora para sanção presidencial.

O objetivo do projeto (PLC 82/03), segundo o relator Garibaldi Alves (PMDB-RN), é a obtenção de autorização legislativa para doação das 100 mil cotas da SAE pertencentes à União, com vistas à formalização dos atos de sua extinção. A empresa em liquidação atuava no transporte aéreo, em todo o território nacional, de enfermos e medicamentos.

Proibição de descontos no salário de doméstico

Os senadores acolheram, em Plenário, o projeto que veda ao empregador efetuar qualquer desconto nos vencimentos do empregado doméstico que não seja a parcela do trabalhador na contribuição à Previdência Social ou adiantamento de salário. A proposta (PLC 13/05) também desobriga o empregado doméstico de apresentar “atestado de boa conduta” ao empregador, ao mesmo tempo em que inclui o número de inscrição do empregado na Previdência Social como exigência para sua admissão.

O relator na CAS, Marcelo Crivella (PL-RJ), apresentou



AVANÇO Crivella relatou projeto que desobriga doméstico de apresentar “atestado de boa conduta”

texto substitutivo ao projeto do deputado Luiz Alberto (PT-BA). O texto será votado em turno suplementar, retornando ao exame dos deputados. A proposta altera a Lei 5.859.

Intoxicação por agrotóxico deve ser comunicada

O Plenário do Senado acolheu projeto que determina que os casos de intoxicação por agrotóxicos sejam obrigatoriamente comunicados às autoridades sanitárias. Também aprovou proposta segundo a qual devem ser depositadas nos acervos das unidades de conservação as cópias das pesquisas científicas nelas realizadas. Ambas as matérias receberam emendas no Senado e voltarão ao exame da Câmara

dos Deputados.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 14/04 estabelece a notificação compulsória de todos os casos, suspeitos ou confirmados, de intoxicação por agrotóxicos.

O outro projeto é o PLC 65/04, que prevê o depósito, “no acervo da unidade de conservação, de cópia impressa, fotográfica ou audiovisual de toda e qualquer pesquisa científica nela realizada”.

Autorizada criação de universidade em Governador Valadares

O projeto de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que autoriza a criação da Universidade Federal do Vale do Rio Doce, em Governador Va-

ladares (MG), foi aprovado pelo Plenário e será enviada à Câmara dos Deputados.

Durante a discussão, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) salientou a importância

do projeto (PLS 16/05) para o leste de Minas.

Também foi aprovado pelo Plenário projeto de lei da Câmara (PLC 83/04) que denomina “Rodovia Deputado Wilson

Mattos Branco” a rodovia BR-392, que se estende de Pelotas a Rio Grande, no Rio Grande do Sul. O relator na Comissão de Educação, Valdir Raupp (PMDB-RO), salientou que o

homenageado dedicou a vida ao desenvolvimento do setor pesqueiro e à melhoria das condições de vida dos trabalhadores, além de ter sido prefeito de Rio Grande.



Diante da gravidade das afirmações feitas por Toninho da Barcelona à CPI dos Correios, em São Paulo, comissão decide tomar novo depoimento, dessa vez em Brasília. CPI do Mensalão ouviu secretário do PTB e ex-tesoureiro do PL

Doleiro envolve "muita gente"

O doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, deverá prestar novo depoimento à CPI dos Correios, dessa vez em dependências do Congresso Nacional. A informação foi prestada pelo relator Osmar Serraglio (PMDB-PR), logo após uma delegação de parlamentares ter ouvido Barcelona em São Paulo.

A segunda oitiva se justificaria pelo fato de o depoimento ter sido, na avaliação de Serra-

glio, bastante significativo. "Ele comprometeu muita gente", comentou o relator.

Entre as personalidades citadas pelo doleiro estariam o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o deputado e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT-SP), o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e outros membros do governo.

No entanto, conforme Serraglio, Toninho da Barcelona afirmou que só vai contar tudo o

que sabe se obtiver o benefício da delação premiada. Ele cumpre pena de 25 anos de prisão por evasão de divisas.

Para o deputado Maurício Rands (PT-PE), o doleiro "jogou muita isca".

– Ele quis chamar a atenção da CPI para conseguir benefícios e porque se sente ameaçado, por isso envolveu membros do governo. Há um clima de denunciamento no ar. Mas é importante ressaltar que

ele diz ter informações sobre pessoas da sociedade de um modo geral, inclusive de outros partidos – observou.

Toninho da Barcelona foi colocado no centro das investigações da CPI após matéria da revista *Veja* desta semana, segundo a qual o doleiro escreveu cartas à família em que revela ter conhecimento de que o PT envia recursos ao exterior desde a primeira campanha de Lula à Presidência, em 1989.

Mabel pede a Serraglio que tenha "piedade"

O deputado Sandro Mabel (PP-GO) pediu ao relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR), que tenha "piedade" e retire seu nome da lista de 18 parlamentares que estão envolvidos com as denúncias do "mensalão". Mabel disse que seu nome já está no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara, e constar na lista preparada por Serraglio vai agravar ainda mais o seu problema.

Serraglio afirmou que a lista não tem "juízo de valor" e que permite aos parlamentares se defenderem, como fez Mabel.

Jacinto Lamas confirma que recebeu dinheiro para o PL

Em depoimento à CPI do Mensalão, o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas confirmou que recebeu várias vezes dinheiro no Banco Rural e na empresa de Marcos Valério, a SMP&B, e o repassou para o presidente do partido, o ex-deputado Valdemar Costa Neto.

Lamas afirmou desconhecer o montante que passou por suas mãos. Contou que Valdemar apenas o tinha orientado a apanhar "uma encomenda" na sede da SMP&B, em Belo Horizonte. Somente depois que passou a ir buscar envelopes na agência do Banco Rural em Brasília é que supôs que eles continham recursos financeiros.

– Eu imaginava que deveria ser dinheiro. Não podia ser pão ou carne – brincou.

O depoente disse acreditar que o dinheiro recebido se destinou a cobrir "acertos da campanha

de 2002". Mas garantiu que não participou do encontro na casa do deputado Paulo Rocha (PT-PA), revelado pela revista *Época*, ao qual estariam presentes o presidente Lula e o vice-presidente José Alencar. Segundo a revista, na reunião, representantes do PT e do PL teriam negociado o apoio do Partido Liberal a Lula em troca de R\$ 10 milhões.

Lamas assegurou que nunca ouviu falar da suposta mesada paga a membros da base do governo em troca de apoio em votações, denunciada pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

A atitude de Lamas incomodou os parlamentares. Logo no início de sua fala, aparentou nervosismo e chegou a se emocionar. Em seguida foi se descontraindo e passou a rir freqüentemente, até ser advertido pelo deputado João Correia (PMDB-AC).



OITIVA Lando, presidente da CPI do Mensalão, ouve depoimento em que Palmieri (D) diz que Roberto Jefferson não deve ter distribuído o dinheiro

Secretário do PTB confirma ter recebido R\$ 4 milhões

O primeiro secretário do PTB, Emerson Palmieri, confirmou ontem, ao depor na CPI do Mensalão, o recebimento de R\$ 4 milhões das mãos do empresário Marcos Valério, em dinheiro vivo, na sede do partido, onde estava juntamente com o então presidente da agremiação, Roberto Jefferson (RJ). Segundo ele, o dinheiro foi separado em pacotes de R\$ 150 e R\$ 200 mil, colocado no cofre e no armário, e as chaves confiadas ao deputado, que lhe pediu sigilo.

– Essa foi a primeira parcela das cinco que haviam sido prometidas pelo PT ao PTB, no valor total de R\$ 20 milhões, para a campanha conjunta de prefeitos em 2004. As demais nunca foram pagas. Como os recibos desse dinheiro, também prometidos, nunca foram entregues, acredito que Roberto Jefferson nunca distribuiu esse dinheiro. Ele chamou a si toda a responsabilidade – disse o secretário, ao negar que tenha

sido pago "mensalão" a parlamentares do PTB.

O senador José Jorge (PFL-PE) requereu quebra de sigilo bancário fiscal e telefônico de Palmieri, por entender que ele sabe muito mais do que quer falar. Já o senador João Batista Motta (PMDB-ES) perguntou se o dinheiro seria propina, mas o secretário afirmou que se tratava de "comissão por intermediação de negócios". E garantiu não conhecer a origem do dinheiro.

Para o relator da CPI, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), somente com o exame cuidadoso dos papéis da contabilidade das empresas de Valério e documentos de quebra de sigilo dos envolvidos será possível se chegar à verdade. O presidente da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), admitiu não estar havendo "bom senso por parte da CPI dos Correios", no sentido de repassar os documentos sigilosos.



MUDANÇA No começo de sua fala, Lamas demonstrou nervosismo; depois, descontrauiu-se e passou a rir freqüentemente, o que irritou alguns parlamentares



PEDIDO Eduardo Suplicy enviou carta em que solicita ao presidente que esclareça parlamentares

Suplicy sugere ida de Lula ao Congresso

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem em Plenário carta que enviou, na sexta-feira, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugerindo o comparecimento dele ao Congresso para dialogar com parlamentares a respeito da crise. Na carta, Suplicy destaca que a Constituição não prevê a convocação do presidente para dar esclarecimentos ao Legislativo, mas também não veda que ele tome a iniciativa. Para Suplicy, a visita seria muito bem recebida pelos congressistas e pelo povo.

Na medida em que muitos dos fatos que vêm sendo investigados parecem ter sido praticados por dirigentes do PT, que interagem com pessoas do governo, o senador considera natural que a população queira explicações sobre quanto Lula sabia.



Sarney defende o presidente Lula e diz confiar na estabilidade institucional, em pronunciamento que motivou forte reação no Plenário. Para Jereissati, o governo do PT foi responsável por difundir a corrupção. Já ACM diz que Sarney deve desculpas ao país

CPI dos Bingos realiza acareação entre 5 depoentes

Uma acareação com cinco convocados é o destaque da agenda da CPI dos Bingos para este mês. Waldomiro Diniz, Carlinhos Cachoeira, Marcelo Rovai, Rogério Buratti e Enrico Gianelli serão ouvidos ao mesmo tempo no dia 30 de agosto, como anunciou ontem o senador Efraim Moraes (PFL-PB), presidente da CPI.

Efraim frisou que a CPI está trabalhando em uma linha “não-política”. Em primeiro lugar, disse, a comissão está preocupada em ouvir pessoas ligadas à Gtech e à Caixa Econômica Federal.

– A partir de setembro vamos ouvir José Dirceu, Benedita da Silva, Garotinho, Rosinha Matheus e outros – explicou.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da CPI, prometeu para o fim de setembro a apresentação de relatório preliminar. O presidente da CPI informou ainda que ligou para o presidente do

Célio Azevedo



CAUTELA Presidente da comissão, Efraim informa que trabalhos seguem em linha “não-política”

Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta, pedindo colaboração na análise de documentos recebidos.

Hoje serão ouvidos Valderi Albuquerque e Mário Haag, ex-presidente e ex-vice-presidente de Logística da Caixa. Amanhã vão depor Paulo Bretas e Carlos Cartell, também ex-dirigentes do banco.

Na próxima terça-feira prestarão depoimentos o tesoureiro da campanha de Benedita da Silva ao governo carioca, Marcelo Sereno, e o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Lucas Furtado. Furtado acompanhou o inquérito no Ministério Público sobre bingos.

CUT e UNE promovem ato de apoio a Lula

Durante ato realizado ontem em frente ao Congresso Nacional, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, reafirmou o apoio político da entidade e dos movimentos sociais ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com a intenção de ampliar a “blindagem” do presidente contra possíveis medidas a favor do *impeachment*, o líder sindicalista disse acreditar que “serão derrotados os parlamentares que tiverem a audácia de pedir o impedimento de Lula”.

Promovido pela CUT, pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), o ato terminou com a execução do Hino Nacional.

Requerimento

José Agripino (PFL-RN) anunciou ontem em Plenário que vai apresentar requerimento à Mesa do Senado pedindo in-

Moreira Moritz



SUSPEITA Agripino questiona aumento de repasses de órgãos do governo federal à UNE, neste ano

formações sobre os repasses de recursos de órgãos do governo federal para a UNE.

De acordo com o senador, em 2003 a entidade estudantil recebeu R\$ 600 mil, valor semelhante ao repassado no ano passado, R\$ 599.621,97. O parlamentar estranhou que, neste ano, até o dia 4 de agosto, o governo já tenha repassado mais de R\$ 1,1 milhão à entidade.

– Será que esses recursos estariam mudando a orientação da UNE? Será que estão querendo mudar o pensamento dela com recursos do Orçamento da União? – atacou Agripino.

Sarney: Lula não cometeu crime de responsabilidade

Em longo pronunciamento sobre a crise no país, o senador José Sarney (PMDB-AP) disse que os homens públicos precisam agir com rigor nas investigações, “dissecando” os fatos, mas também devem atuar com serenidade e paciência para que a democracia e as instituições sejam asseguradas. Conforme sua avaliação, não há nada, “nem de leve” na conduta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que possa atingir o mandato presidencial.

– Não há nenhum crime de responsabilidade. Ele (Lula) está pagando os erros do seu partido – afirmou o senador.

Segundo ressaltou, a esquerda lutou muito para conseguir seus espaços, que são essenciais à democracia.

– Não se pode pensar que por meio de uma crise se possa banir a esquerda da vida política brasileira – opinou.

Segundo Sarney, neste mo-



Roosevelt Pinheiro

PROPOSTA Sarney defende fim da reeleição para presidente da República a partir de 2010

mento, o Congresso é o mais atingido, pois as acusações que pesam sobre os parlamentares, observou, vão desde a inércia até o suborno para votar matérias de interesse do governo.

– Como pode o Congresso ter o respeito da opinião pública, o apoio nas decisões e manter a majestade da votação de leis, se manchado pela suspeição? – indagou o ex-presidente do Senado e da República. Ele lembrou a tradição do Legislativo de “cres-

cer nos momentos de crise”.

Sarney fez um histórico das crises pelas quais passou o Brasil e manifestou tranquilidade em relação à regularidade institucional, “sem violações da ordem e da segurança”.

Depois de analisar a história política das grandes nações do mundo, o senador defendeu uma reforma política que estabeleça o fim da reeleição para presidente da República em 2010, “de forma a não atingir o direito adquirido na Constituição de 1988”.

Para ele, depois de cumprido seu mandato, o presidente da República não deveria ocupar mais nenhum cargo eletivo. Sugeriu que os ex-presidentes se tornassem membros do Conselho da República.

Sarney defendeu ainda, na reforma política, um sistema presidencialista moderado e manifestou-se pelo fim das medidas provisórias.

Pronunciamento gera forte reação entre os senadores

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou a defesa do governo do PT feita por José Sarney, em Plenário, apesar de considerar que o senador pelo Amapá ofereceu, em seu discurso, “uma aula sobre a evolução da democracia e apresentou uma proposta de reforma política em profundidade”.

– No entanto, dizer que estamos querendo banir a esquerda da história do Brasil não nos faz justiça – ressaltou.

Jereissati reconheceu que o sistema político brasileiro é imperfeito, mas observou que “se tornou muito mais imperfeito depois que um grupo de pessoas assumiu o poder difundindo a corrupção a um nível jamais visto na história do país”.

– Esse sistema de corrupção foi implantado a partir do núcleo mais alto do PT e do governo federal – enfatizou.

Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em

aparte ao discurso de Jereissati, Sarney “não honrou seu passado de estadista” ao defender o governo do presidente Lula. Antonio Carlos disse que o parlamentar “decepcionou aqueles que continuam a ter por ele amizade e respeito”.

– Sarney falhou ao dizer inverdades sobre o governo Lula, fazendo crer que é um governo sério, quando, na verdade, é um governo desonesto. Fazendo crer que Lula não tem responsabilidade [em relação às denúncias de corrupção], quando é o principal responsável. Sarney não foi honrado, e por circunstâncias, que nós sabemos, políticas. Ele deve desculpas à nação – declarou.

Cautela

Ao argumentar que “não se quer banir a esquerda da vida política”, Jereissati lembrou que, em reunião na segunda-feira, a oposição concluiu que “o *impeachment* é muito grave e precisa

Roosevelt Pinheiro



DISCORDÂNCIA Para Jereissati, Sarney foi injusto ao dizer que a oposição quer banir a esquerda

de amadurecimento”.

Mão Santa (PMDB-PI), também em aparte, afirmou que a corrupção “transformou-se em um câncer” e que é necessário “punir os maus”. Já Sérgio Guerra (PSDB-PE) enfatizou que os recursos movimentados ilegalmente pelo governo não se destinavam apenas a financiamento de campanha, mas a uma “máquina de corrupção”.

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) declarou que “aqueles que estão envolvidos [com a corrupção] não são nem de esquerda nem de direita; são bandidos que não merecem a defesa de Sarney”.



Senadores analisam em Plenário o agravamento da crise política. Bornhausen cobra explicações do presidente da República sobre as denúncias. Osmar Dias aponta problemas na economia e diz que situação é reflexo "da falta de decisão do governo"

"Não perdôo o desgoverno e a arrogância", afirma Virgílio

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) respondeu suposta declaração do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que teria dito, em reunião realizada com empresários, que não o perdoaria por ter afirmado no Plenário do Senado que "Lula ou é corrupto ou é idiota". O líder do PSDB rebateu dizendo ser ele quem

não perdoa o presidente.

– Não me perdoa? Não há nenhuma importância para mim. Nenhumzinha da silvinha. Quem não perdoa sou eu ao presidente, pelo desgoverno, pela arrogância incurável, por ter estabelecido no país o mais espetacular caso de corrupção já visto, pela fraude contra 53 milhões de brasileiros que votaram

nele – salientou o parlamentar tucano, em pronunciamento ontem.

Arthur Virgílio comentou reunião entre parlamentares da oposição, ocorrida na segunda-feira, na qual ficou decidido que os partidos adversários do governo permanecerão afastados de qualquer pressão pelo *impeachment* do presidente da

República.

– Nós consideramos que não há ainda fato jurídico nem demanda da sociedade para que se requeira o impedimento do presidente da República. No entanto, nosso compromisso é com o cumprimento da Constituição federal, com a lisura no trato da coisa pública – declarou o senador pelo Amazonas.



RÉPLICA Virgílio fez afirmação em resposta a comentário do presidente sobre crítica do senador

Bornhausen: Lula pode ser responsabilizado

Primeiro parlamentar a discursar na sessão de ontem, o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC) cobrou respostas a perguntas dirigidas por ele ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre as denúncias de corrupção contra o PT e o governo que estão sendo apuradas pelas CPIs. Conforme o senador, a falta de respostas de Lula permite vislumbrar até a possibilidade de seu *impeachment* por crime de responsabilidade.

Para Bornhausen, caso as CPIs, a Polícia Federal e o Ministério Público consigam provar a culpa das pessoas denunciadas nos processos que estão nas comissões de inquérito, o presidente da República passa a correr sério risco de ser considerado culpado pelas



RISCO Caso denúncias sejam comprovadas, explica Bornhausen, Congresso pode julgar o presidente

ações do seu governo, o que garante ao Congresso o direito de julgá-lo.

– A Constituição permite que qualquer pessoa entre com um pedido de impedimento do presidente da República, basta que

se dirija com um processo à Câmara e que o presidente da Casa autorize o pedido, que é discutido e pode ser aprovado por dois terços dos votos dos deputados. A matéria é enviada então para exame no Senado – explicou Bornhausen. Entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) já defendem a medida, informou o parlamentar.

Caso Lula seja impedido e também seu vice, explicou o senador, o cargo de presidente da República será ocupado, por 30 dias, pelo presidente da Câmara, que deverá convocar eleições indiretas. Caso este não possa assumir, toma posse o presidente do Congresso e, por último, o presidente do Supremo Tribunal Federal.

Papaléo defende reforma política efetiva

Papaléo Paes (PMDB-AP) voltou a defender ontem a realização de uma reforma política como primeiro passo para as mudanças necessárias ao país, "em atendimento ao clamor da sociedade".

– Este é um tema que só emerge em momentos difíceis da vida política e, tão logo o quadro se modifica, sai de evidência – observou ele.

Papaléo salientou que os fatos que vêm ocorrendo na política do país merecem, da parte dos políticos e representantes do povo, uma postura coerente com seu discurso em defesa da moralidade e da ética.



RISCO Segundo Papaléo, a reforma emerge em momentos de crise política e depois sai de evidência

O senador lembrou que o Partido dos Trabalhadores, "que construiu sua história combatendo a corrupção e mostrando

à sociedade que somente a postura ética possibilitaria ao Brasil ser um grande país, hoje se encontra numa situação muito difícil". Ele disse que o PT é identificado pela sociedade como um partido que, para se manter no poder, adotou práticas que combatia.

– Se depender de mim, como cidadão e político, já estou à disposição para mudar e não fazer de conta que vamos mudar – disse Papaléo.

O senador se declarou um otimista, dizendo acreditar que a crise terá conseqüências benéficas, com o amadurecimento político da sociedade.

César Borges cobra informação sobre o Banco Santos

César Borges (PFL-BA) protestou contra a demora na votação do Requerimento 1.407/04, encaminhado à Mesa do Senado em novembro passado, solicitando informações ao Banco Central sobre recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aplicados no Banco Santos. O pefelista também enviou, um mês depois, ofício com o mesmo teor ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, documento que, a exemplo do requerimento, continua até hoje sem resposta.

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP), que presidia a sessão, informou que César Borges teria em breve uma resposta. Registrado o protesto, o parlamentar pela Bahia comentou reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* de ontem, que revela a tentativa do banqueiro Edemar Cid Ferreira, dono do Banco Santos, de captar investimentos dos fundos de pensão públicos com a ajuda do ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores Delúbio Soares.



DÚVIDA César Borges quer esclarecimentos do Banco Central sobre aplicações feitas pelo BNDES



INDICADORES Queda na produção agrícola e redução de empregos são reflexos da crise, disse Osmar Dias

Para Osmar Dias, economia já está contaminada

Em nome da liderança do PDT, Osmar Dias (PR) afirmou que a economia está sendo contaminada pela crise. O senador disse que as manchetes dos jornais desmentem declarações do governo, que tenta passar a imagem de que vai tudo bem com o país. De acordo com o senador, o aprofundamento das investigações revela cada vez mais o envolvimento direto do governo. Ele afirmou ainda que a situação trará reflexos profundos para a economia no ano que vem.

O senador citou notícias de jornais que apontam queda significativa dos preços do cacau, do algodão e do café. Além disso, enfatizou, a safra de trigo está emperrada, os produtores de arroz quebrados e o emprego diminuiu na indústria. Na visão de Osmar Dias, a agricultura, que conseguia criar emprego tanto no campo como na cidade, hoje passa por dificuldades.

Para o parlamentar, essa situação é reflexo da "absoluta falta de decisões" do governo.



AVISO Antonio Carlos destaca que quem votar contra salário de R\$ 384,29 ficará marcado

ACM critica estratégia do governo

As articulações do governo para derrubar na Câmara o salário mínimo de R\$ 384,29 foram criticadas ontem pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). No último dia 10, o Senado alterou a Medida Provisória (MP) 248/05, que reajustou o salário mínimo, em maio, para R\$ 300, elevando-o para R\$ 384,29. A MP, agora transformada em projeto de lei de conversão (PLV), será votada na Câmara e, se aprovada, ainda poderá ser vetada pelo presidente da República.

– Não sei qual será o artifício que o governo tentará usar para comprar a consciência livre dos deputados. Sei, porém, que aquele que votar contra o trabalhador ficará marcado para toda a vida – afirmou o parlamentar baiano, acrescentando que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia prometido dobrar o valor do mínimo.

Tecnologia da Informação tem aula inaugural

O 1.º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), presidiu ontem a aula inaugural do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Tecnologia da Informação, realizada no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O curso é resultado de uma parceria entre o ILB, a Secretaria Especial de Informática – Prodasen, a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), a Universidade de Brasília (UnB) e o Centro de Tecnologia de Software de Brasília (Tecsoft).

Também participaram da solenidade de abertura o diretor-geral do Senado, Agacieli Maia, a vice-reitora da Unilegis, Vânia Maione, o diretor do ILB, Florian Madruga, o diretor do Prodasen, Petrónio Barbosa, e o reitor da UnB, Lauro Morhy.

Acordo partidário inédito permite aprovação da LDO

■ Mesmo com vetos do presidente, pontos negociados poderão ser restabelecidos no Orçamento da União

Um acordo inédito, colocado em papel e com assinatura de quase todos os coordenadores partidários, permitiu que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) terminasse ontem a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, mesmo com seu texto contrariando as orientações do governo. Com isso, o projeto deve ser votado sem problemas hoje pelo Plenário do Congresso, sendo remetido imediatamente à sanção presidencial.

O acordo estabelece que, mesmo se o presidente da República vetar partes negociadas entre os partidos na CMO, os deputados e os senadores restabelecerão os acertos quando forem votar o projeto do Orça-



DECISÃO O relator Gilmar Machado (E) e o presidente da CMO, Gilberto Mestrinho, durante a reunião que acatou a Lei de Diretrizes Orçamentárias

mento da União, que chegará ao Congresso ainda este mês.

O documento foi assinado por quase todos os coordenadores partidários, pelo presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), pelo relator da LDO, deputado Gilmar Machado (PT-MG), e por outros 35 deputados e senadores, dos 84 integrantes da comissão. O acordo foi o caminho aceito pela bancada ruralista para encerrar a votação.

O projeto mantém vários pontos que receberam críticas

do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, entre eles a previsão de que o Orçamento deve garantir recursos para uma renegociação de dívidas rurais. Também foi mantido o reajuste salarial linear para os servidores públicos no mínimo igual à elevação do produto interno bruto *per capita*.

A oposição conseguiu impor outra derrota ao governo, aprovando item que impede o Executivo de contingenciar verbas próprias arrecadadas pelas agências reguladoras.

Delegado faz denúncia na CPI da Emigração

Em depoimento ontem à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, o delegado da Polícia Federal Rui Antônio da Silva denunciou que somente na cidade mineira de Governador Valadares e região pelo menos 40 quadrilhas atuam no ramo de aliciamento de brasileiros que desejam ingressar de forma ilegal no exterior, especialmente nos Estados Unidos.

Ele informou que as quadrilhas chegam a cobrar uma média de US\$ 10 mil por pessoa. Caso o brasileiro consiga emprego no exterior, observou o delegado, o pagamento às quadrilhas é feito em parcelas. O delegado estima que as



CRIME Rui Antônio da Silva (E), ao lado de Marcelo Crivella, afirma que quadrilhas cobram US\$ 10 mil para quem quiser entrar ilegalmente nos EUA

quadrilhas tenham um lucro líquido, por pessoa, de US\$ 5 mil a US\$ 6 mil.

O presidente da CPI, senador Marcelo Crivella (PL-RJ),

advertiu que as quadrilhas estão especializando-se cada vez mais nesse tipo de crime. Ele classificou o negócio de “altamente lucrativo”.

Acaba hoje prazo de emendas ao projeto de reforma eleitoral

José Jorge (PFL-PE) chamou a atenção dos senadores para o prazo de apresentação de emendas ao projeto de lei da reforma eleitoral, que se encerra hoje. José Jorge é o relator do projeto (PLS 275/05), de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador informou que hoje

será realizado o primeiro debate sobre o assunto, quando apresentará as sugestões que estão sendo oferecidas.

O senador informou ainda ter feito um levantamento de todas as propostas que tratam da questão eleitoral em tramitação no Senado e que amanhã deve apresentar seu parecer ao projeto.



TRABALHO José Jorge informa que pesquisou todos os projetos sobre o assunto que tramitam no Senado



ACORDO Tourinho diz que projeto é fruto de entendimento entre governo, oposição e governadores

Tourinho apela à Câmara por reforma tributária

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) fez ontem um apelo pela aprovação do projeto de reforma tributária, que já passou pelo Senado e agora tramita na Câmara dos Deputados. Ele frisou que a proposta é fruto de um entendimento firmado entre o governo, a oposição e os governadores.

– Se não for aprovado logo, dez anos de discussão serão perdidos – preveniu o parlamentar. Tourinho apontou que uma das principais inovações da reforma é o fim da chamada “guerra fiscal” entre os estados.

Além disso, foi prevista a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, que compensaria os estados que não pudessem mais conceder incentivos. Rodolpho Tourinho garantiu que, com a criação desse fundo, os governadores defenderão a reforma.

Paulo Octávio elogia criação do Incor-DF

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) anunciou ontem no Plenário que o Instituto do Coração do Distrito Federal já começou a funcionar e aproveitou a oportunidade para, em nome de Brasília, homenagear o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), incentivador da criação do instituto. As homenagens ao senador baiano foram secundadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Antonio Carlos Magalhães lembrou que defendeu o projeto após a morte de seu filho, o então deputado Luís Eduardo Magalhães, ocorrida em Brasília.

– Se pudéssemos ter um instituto do coração em toda parte, como ocorre com a rede Sarah, seria extraordinário – disse.



DECISÃO Iniciativa aprovada pela CMA exclui alguns produtos de verificação prévia pelo consumidor

Projeto garante exame de produto antes da compra

■ Objetivo da proposta, que depende de turno suplementar de votação, é combater prática abusiva

Projeto de lei que assegura ao consumidor o direito de examinar produtos lacrados antes de comprá-los foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado. De autoria do deputado Celso Russomano (PP-SP), a proposta recebeu substitutivo do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), e será submetida ainda a turno suplementar.

No relatório sobre a proposta (PLC 88/04), Valdir Raupp concorda com o argumento de Celso Russomano de que o fornecimento de produtos lacrados, sem que seja dada ao consumidor a oportunidade de testá-los, constitui uma prática abusiva de estabelecimentos comerciais.

Conforme o substitutivo, a medida proposta não se aplicará "aos produtos que devem ser ofertados em embalagem lacrada, por força de lei ou determinação de autoridade competente, aos alimentos pré-embalados e aos produtos entregues no domicílio indicado pelo consumidor".

Recebeu parecer favorável da comissão o projeto (PLC

47/05) do Executivo que exclui uma área de 31.489 hectares da reserva extrativista do rio Ouro Preto, em Rondônia. O colegiado acolheu ainda proposta (PLC 30/04) do deputado Luiz Bittencourt (PMDB-GO) que obriga a divulgação dos dados relativos ao licenciamento ambiental e ao relatório de impacto ambiental dos empreendimentos desde o início das obras. As duas matérias serão encaminhadas ao Plenário.

A CMA aprovou também parecer favorável a projeto (PLC 9/05) do deputado Luiz Alberto (PT-BA) que inclui representantes da Fundação Palmares e de comunidades remanescentes de quilombos nos comitês de bacia hidrográfica.

Complementação da reforma do Judiciário

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu ontem a votação da legislação infraconstitucional necessária à conclusão da reforma do Poder Judiciário. O senador disse que a aprovação de normas que propiciem rapidez nas decisões da Justiça e simplificação nos processos judiciais ajudará a população de baixa renda a defender seus direitos, o que significará inclusão social e avanço na democracia.

O senador fez essas afirmações logo depois de receber os presidentes da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Jorge Antonio Maurique, e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, José Newton Pandelot, que agradeceram o empenho de Renan na aprovação do projeto de lei que fixou o novo limite dos vencimentos dos



RAPIDEZ Ao receber dirigentes de associações de magistrados, Renan Calheiros (C) defendeu votação de projetos para agilizar decisões judiciais

ministros do Supremo Tribunal Federal em R\$ 21,5 mil.

Renan Calheiros elogiou, em entrevista, o entendimento entre o Legislativo e o Judiciário, o que, em sua opinião, permite o fortalecimento da democracia.

– Acho que, tendo condição

de construir uma convergência, de manter uma convergência, sobretudo entre os três Poderes, nós vamos andar com mais facilidade em benefício da democracia, da sua estabilização, da representatividade de cada Poder e da legitimidade também – salientou.

Hélio Costa debaterá na CE verbas para inclusão digital

O ministro Hélio Costa, das Comunicações, deverá comparecer a audiência pública na Comissão de Educação (CE) para debater com os senadores o uso dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Requerimento nesse sentido, de iniciativa do senador Gerson Camata (PMDB-ES), foi aprovado ontem pela comissão.

Os integrantes do colegiado pretendem discutir a liberação dos recursos do fundo que estão retidos no Tesouro Nacional. A lei que criou o Fust determina que cabe àquele ministério formular as políticas e as prioridades que orientarão as aplicações do fundo, que já arrecadou R\$ 4 bilhões desde que foi instituído.

Para o senador Flávio Arns (PT-PR), é essencial a presença do ministro para discutir a necessidade de investimentos de recursos do fundo em programas de inclusão digital. A utilização desses recursos na compra de equipamentos a serem fornecidos às escolas das comunidades pobres de todo o país também incentivaria a indústria de computadores e softwares no Brasil, segundo Luiz Otávio (PMDB-PA).

A CE também aprovou, entre outras matérias, 19 projetos de decreto legislativo, em caráter terminativo, que autorizam o funcionamento de rádios comunitários em municípios do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Ceará.



AUDIÊNCIA Requerimento é de autoria de Gerson Camata (à esquerda, ao lado de Eduardo Azeredo), também presidente da Comissão de Educação

Comissão aprova canal de TV a cabo para Poder Executivo

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem parecer favorável a projeto de autoria do governo federal que cria um canal de televisão a cabo para o Poder Executivo. A proposta será submetida agora ao exame do Plenário do Senado.

De acordo com o projeto (PLC 29/05), o canal, de transmissão obrigatória e gratuita, entrará na grade das operadoras de TV a cabo e será operado pela Radiobrás.

O relatório favorável, redigido pelo senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) e lido por Mão Santa (PMDB-PI), destaca que a TV do Executivo deverá "documentar e transmitir atos e matérias de interesse do governo federal".

A CI acolheu requerimen-

to do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) propondo a realização, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de audiência pública destinada a debater a implantação do modal rodoviário nacional. A audiência, conforme o parlamentar, deverá dar ênfase a questões relativas à hidrovias Araguaia-Tocantins.

Na mesma reunião, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) anunciou que apresentará requerimento solicitando esclarecimentos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre clonagem de telefones. Ele informou que seu telefone celular é freqüentemente clonado e que o mesmo problema pode estar acontecendo com outros cidadãos.